

BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL¹

Antonio Carlos Robert de Moraes

Professor Doutor do Departamento
de Geografia da Universidade de São Paulo

Se é possível fazer uma história econômica, uma história cultural, uma história política, também é possível fazer uma história a que eu daria o nome de história territorial, que é tentar captar a formação de uma sociedade abordada a partir de seu território.

Para entender o caso da formação brasileira, temos necessidade de entender o que se está passando na Europa naquele momento, e, por outro lado, fazer uma comparação com a forma como se deu a instalação colonizadora na América Latina.

A idéia central que se tem é de que essa história territorial seria altamente reveladora de alguns componentes centrais na formação de países de passado colonial. Ao fazer um estudo dos países de formação colonial, essa dimensão espacial ganharia um peso muito maior por uma razão muito simples: a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espço.

Na verdade, o que é colonização? Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão. A colonização em si mesma é conquista

territorial. Ninguém fala em colonizar seu próprio espaço. Na verdade, a colonização diz respeito a uma adição de território ao seu patrimônio territorial.

A situação colonial já é uma relação entre sociedade e espaço, interessando à própria conquista do espaço. A colônia pode ser entendida como a efetivação da conquista territorial.

De imediato, isso traz uma indicação metodológica, do ponto de vista histórico, muito importante, que é a inadequação total para se tentar trabalhar a questão colonial em termos de uma oposição interno-externo. A colônia é a internalização do agente externo. E a colônia implica a consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial. A expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial.

Na formação dos territórios, temos três dimensões: o território é uma construção bélica/militar, é uma construção jurídica e é uma cons-

1. Palestra proferida no evento "Pensamento Geográfico e Formação Territorial do Brasil", organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Vitória, e pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 8 de dezembro de 2000, no Auditório do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. A transcrição da palestra foi realizada por Maria Aparecida Costa, licenciada em Ciências Sociais, bacharelada no mesmo curso na Universidade Federal do Espírito Santo. Esta transcrição contou com a colaboração do professor Sérgio Nunes de Almeida, licenciado em Língua Portuguesa pela (FVE), São José dos Campos-SP, que efetuou a primeira revisão ortográfica.

trução ideológica. A formação territorial envolve essas três dimensões, não necessariamente nessa seqüência. Há casos de territórios, nos quais existia primeiramente um pleito ideológico, depois se fez a conquista militar, depois a legalização jurídica. Há casos, como o de Israel, em que primeiramente se fez a legalização política e depois a efetivação da conquista militar. Há casos em que o ideológico vem antes e anima esse processo. Há casos em que primeiramente se conquista e depois se impõe um processo ideológico de afirmação daquela nova identidade.

No caso colonial, de certa forma tudo isso se exacerba com referência à América. A colonização é um grande processo, interessando à sociedade-espaço, para cujo entendimento temos necessariamente que entender, em primeiro lugar, o que se está passando na Europa, o que levou algumas sociedades européias a se expandir. Poderíamos falar de algumas características gerais, comuns a vários países europeus, por exemplo, a carência de minerais, a carência de cereais, a existência de população disponível, a existência de capitais disponíveis, a remuneração do capital mercantil, que vão dar motivações européias para a expansão.

Dentro das motivações gerais européias é possível também falar de geopolíticas metropolitanas específicas. As motivações próprias de Portugal, da Espanha, da Holanda, inclusive, vão dar em diferentes tipos de colonização. Por exemplo: a colonização espanhola é mais estatal, a holandesa é totalmente privada, a portuguesa é mista e a inglesa é diversificada, em função dos espaços onde ocorre.

Um primeiro aspecto da conquista é este: o que está motivando a expansão? De outro lado, o outro elemento básico é a realidade defrontada pelo colonizador. O colonizador defronta-se com realidades muito diferenciadas, e boa parte do êxito da colonização deve-se à capacidade de adaptar essas intenções geopolíticas à realidade defrontada. Quanto mais plástica é a colonização, maior o seu êxito, maior sua rapidez na instalação. E aí os quadros defrontados são muito diferenciados.

Dois vetores vão ser básicos para explicar a conquista do ponto de vista dos territórios coloniais. De um lado está o quadro demográfico, extremamente variado na América. No império asteca, o europeu se defrontou com uma densidade demográfica comparável à das áreas mais ocupadas da Europa. O centro do império asteca tinha uma densidade demográfica de cerca de 50 hab./km², que era a densidade demográfica das áreas mais povoadas da Europa. A capital asteca tinha 300.000 habitantes, e a maior cidade espanhola da época, que era Sevilha, tinha 100.000 habitantes. Então, aí, o colonizador se defrontou com uma economia já armada; a obra da colonização foi colocar esse sistema para funcionar para o colonizador. Tinha-se uma rede de cidades, estradas, estruturas produtivas, tributos. Diga-se de passagem, a obra de Cortez foi mais uma obra política de “costurar” essas nações que eram dominadas pelos Astecas do que uma obra militar em si mesma. Ele tinha 120 homens e com tal efetivo não dava para conquistar uma cidade de 300.000 habitantes, porém ele veio com uma tropa indígena das tribos subjugadas pelos Astecas.

A mesma coisa se deu com o império Inca, que tinha cerca de 35 hab./km², densidade alta para a época. Então, nesses lugares o colonizador se defrontou com riquezas entesouradas. No caso do império Inca, segundo o historiador Pierre Vilar, o saque do ouro acumulado foi o principal ato isolado da acumulação primitiva, tal a quantidade de riquezas que o colonizador encontrou. E é óbvio que essa riqueza financiou a própria colonização. Nesses lugares onde o quadro demográfico é grande, na ótica do colonizador encontram-se riquezas, produtos, estruturas produtivas, e encontra-se gente para produzir, pois as populações locais são vistas como recursos naturais, tanto é que a Igreja passou algumas décadas discutindo se o índio era gente ou era bicho.

Um quadro muito diferente vai ser encontrado nas terras baixas da América do Sul, nas áreas florestadas. Há muita polêmica, do ponto de vista da etnografia histórica, mas os auto-

res, apesar da polêmica, os mais otimistas, dizem que o território brasileiro como um todo no máximo teria uma densidade de 2 hab./km², mesmo assim agrupados em algumas áreas, como foi o caso da área guarani e o caso do vale amazônico. Em outras porções, a densidade demográfica ficava em 0,4 hab./km². Era uma situação muito diferente da anterior, e o colonizador teria que se adaptar a isso.

Nessas regiões, no caso do atual território brasileiro, o colonizador teria que montar a colonização. Ele não encontrou uma estrutura produtiva pronta, e não encontrou nenhuma riqueza de imediato. Dos doze donatários das capitâncias hereditárias brasileiras, seis nunca vieram ao Brasil tomar posse das capitâncias, porque nelas não havia nenhuma riqueza. Ao contrário, os donatários teriam que aplicar capitais na colônia, fazer um investimento. Então esse é o primeiro vetor da conquista: o quadro demográfico.

O segundo vetor são os recursos naturais. Onde se encontram recursos naturais valiosos, principalmente minerais (o ouro e a prata), todas as dificuldades são ultrapassadas, porque o rendimento do empreendimento justifica isso. Onde há recursos naturais valiosos e não há população, a própria conquista envolve um empreendimento povoador; na maior parte dos casos, um povoamento forçado, seja por transferência de populações indígenas, seja por aquisição de escravos africanos.

No caso brasileiro, não se encontrou nem uma coisa nem outra. Não havia uma população adensada; além disso, a população nativa estava dividida em grupos políticos muito pequenos, com mais de 1.400 tribos diferentes, cada uma sendo uma unidade política, nômade. Não havia cidades, e constatava-se um baixo nível de intervenção sobre o espaço. Então, do ponto de vista populacional, o Brasil não oferecia um quadro interessante para a colonização.

Cabe lembrar que não existia Brasil antes do colonizador. Não existia Brasil pré-cabralino, ao contrário do México, que pôde chamar uma história pré-colombiana, pré-colonial, assim como o Peru, a Colômbia. No caso

brasileiro, a única coisa que dava unidade a esse espaço era a colonização portuguesa. Não havia uma raiz indígena que amarrasse essa porção de espaço. Não havia unidade natural, o Brasil era um mosaico de ecossistemas, embora se saiba que as características naturais não fundamentam a existência de um Estado.

Há um autor mexicano, Edmundo O'Gorman, que não gosta da idéia da descoberta da América. Ele escreveu um livro chamado "Invenção da América", no qual diz o seguinte: O europeu encontrou uma terra desconhecida, o Novo Mundo, e a instalação dele no Novo Mundo é que criou a América. A América, ontologicamente falando, é uma construção européia. A mesma coisa seria válida para o Brasil. O português defrontou-se com uma terra desconhecida, e a conquista dessa terra desconhecida criou o Brasil.

Num primeiro momento, o Brasil não tinha atrativos. Diz um historiador português, Luís Felipe Barreto, que o Brasil foi descoberto para ser esquecido, e é verdade, em relação às três ou quatro primeiras décadas após a descoberta. Isso, aceitando-se que a descoberta tenha sido feita por Cabral. Hoje em dia, a maior parte dos historiadores creditam a descoberta do Brasil a Duarte Pacheco Pereira, que foi inclusive o geógrafo português na assinatura do Tratado de Tordesilhas, o cosmógrafo, como se dizia na época; e, na verdade, Cabral veio fazer a posse oficial. Os portugueses fazem uma distinção entre descoberta e achamento para diferenciar as coisas. Inclusive toda a estrutura da expedição do Cabral era de fato uma estrutura militar para tomar posse, não era essa a estrutura típica de exploração. Vários navios, tropas nos navios... Enfim, deixando de lado essa polêmica, o Brasil foi descoberto e não havia nada que interessasse de imediato. Paubrasil era quase que lastro de navio. Então a função do Brasil, durante esse período inicial, cerca de 40 anos, foi de ser uma aguada na carreira da Índia. Quer dizer, na rota do Cabo, o Brasil era uma parada ideal para a provisão de água, alimento etc., e foi essa a função da colônia entre os anos de 1500 a 1540.

A presença francesa na costa brasileira foi muito grande, tão comum quanto a presença portuguesa, o que significa que até o ano de 1540 a consolidação do domínio português foi extremamente tênue. O que vai animar a Coroa a mudar de posição? Exatamente a descoberta das minas de Potosi no Peru, até porque ninguém sabia bem àquela época a que distância estavam os Andes da costa brasileira. Havia uma briga cartográfica muito grande entre os cartógrafos portugueses e os espanhóis. Os portugueses alargavam e os espanhóis estreitavam a América do Sul, e ninguém sabia bem a real extensão do continente. E a coroa portuguesa avaliava que aquelas terras podiam ter uma riqueza como a que os espanhóis acabavam de encontrar. Então, manter o domínio era importante, porque podia haver riqueza lá.

A motivação é essa, porém mesmo essa instalação envolve investimentos, e o que fez a Coroa Portuguesa? Terceirizou, privatizou a colonização. Na verdade, a capitania hereditária foi uma tentativa de passar para particulares o custo da instalação no Brasil, uma instalação que envolvia a aplicação de capitais vultosos.

Então essa leitura geográfica da história brasileira já deixa evidente como erradíssima aquela idéia de que o colonizador chegou aqui para se apropriar de alguma coisa que estava disponível. Não, houve um investimento de capitais; inclusive as capitanias que deram certo foram aquelas que tiveram disponibilidade de capital para tocar o empreendimento colonial.

O colono teve que montar o engenho, plantar o canavial, conseguir mão-de-obra. O engenho foi talvez a primeira fábrica, uma instalação cara; existiam inclusive certas funções no engenho altamente especializadas, como a do mestre do açúcar, e eram assalariados que recebiam bem, não eram escravos; além disso, o donatário ainda tinha que proteger o investimento. Significa que ele tinha que ter tropas pagas por ele. Nesse quadro, quem conseguiu tocar a colonização de fato? Quem teve essa disponibilidade? Basicamente Duarte Coelho e Martim Afonso de Souza, que tinham recur-

sos associados a casas bancárias. O primeiro engenho de São Vicente quem levantou foi um banco alemão. Hans Staden foi um mercenário pago servindo em Bertioga.

Um fator foi muito importante para a velocidade da instalação dos engenhos no Brasil. Um fator também de ordem geográfica, que foi o esgotamento dos solos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Os arquipélagos portugueses atlânticos eram, desde o século XV, os grandes centros produtores do açúcar europeu, havendo um esgotamento ecológico dos solos pelas formas de plantio, no início do século XVI. Diga-se de passagem que o sistema de produção desenvolvido nas ilhas foi o mesmo que o trazido para cá. Ele foi trazido “pronto”, quer dizer, a primeira experiência das *plantations* deu-se nas ilhas atlânticas.

Essa associação de monocultura, trabalho escravo, grande propriedade já era utilizada nas ilhas e, com o esgotamento de solo, esses interesses, esses capitais ilhéus foram transferidos para o Brasil. E o açúcar se deu muito bem, principalmente no Nordeste; é conhecida a história. Então, na verdade, a primeira ocupação no Brasil envolveu dispêndio de capital, daí a tentativa da Coroa de atrair particulares. Por exemplo: não existe definitivamente um século XVI brasileiro exclusivamente colonial. No século XVI, quem quisesse aplicar dinheiro no Brasil era bem-vindo do ponto de vista da Coroa Portuguesa.

Foi nesse momento, por volta de 1570, que começou o período definido pelos historiadores como o grande século do açúcar no Brasil, que vai gerar essa primeira ocupação.

Em alguns pontos específicos da costa, como o açúcar era plantado numa estrutura de monocultura, geraram-se algumas atividades subsidiárias à produção, as quais foram responsáveis pelas primeiras atividades econômicas da colônia. A agricultura de abastecimento nos solos que não eram os mais adequados para a cana, a pecuária, inicialmente, no chamado sertão de fora, primeira área do agreste, e, principalmente, a madeira. A madeira foi essencial. Ela foi usada nas construções, nos meios de

transporte, ou seja, nos carros de boi, nos barcos. A madeira era o combustível das fornalhas dos engenhos e servia para fazer as caixas nas quais eram exportados os pães de açúcar. Então é aí que começa, de fato, a colonização.

Houve assim um primeiro período de quase esquecimento e um período seguinte, que poderemos chamar estritamente de instalação dos portugueses. Esse processo estava começando a se consolidar quando ocorreu um fato geopolítico minimizado pela historiografia brasileira, mas que, do ponto de vista territorial, foi essencial: a unificação das coroas ibéricas, no ano de 1580.

Em 1580, o rei espanhol reivindicou a coroa portuguesa e o Brasil passou a ser uma colônia hispânica. Isso é minimizado na história brasileira. Qual é o primeiro efeito disso? O primeiro efeito é que Tordesilhas deixou de ter sentido. Uma linha que tem, de um lado, súditos do rei da Espanha e, do outro, súditos do rei da Espanha é uma linha que não separa nada, não tem sentido. Dificilmente o mapa brasileiro seria o atual se não tivesse havido a unificação das coroas ibéricas, e por 60 anos! Houve gente que nasceu, viveu e morreu num Brasil hispânico. Foi um período, por um lado, de grande expansão territorial e, por outro, de fraqueza da soberania portuguesa sobre o território brasileiro.

As duas coisas ocorreram juntas. De um lado, a expansão ao norte para expulsar os franceses do Maranhão: foram tropas que saíram de Pernambuco e foram devassando o litoral cearense, até chegar a São Luís, para expulsar os franceses. Essas mesmas tropas fundaram Belém, em 1616, gerando uma situação que é típica da geopolítica, segundo a qual quem domina a foz de um rio tem todas as condições de dominar a bacia inteira, e foi o que ocorreu na história da Amazônia. Porém, com a fundação de Belém, foram feitas loas ao rei da Espanha. A província do Maranhão e do Grão-Pará foi, inclusive, uma província separada do Brasil, que se relacionava diretamente com o Conselho das Índias, sem passar por Portugal. Neste momento, foi uma província do império espa-

nhol. Houve uma grande expansão ao norte, a partir de Belém.

Fundamentalmente, os avanços ao sul e ao oeste devem-se à busca de escravos indígenas. Aí, há também uma discussão interessante: a Igreja ficou bastante tempo discutindo se o índio era gente ou se era bicho, até o Concílio de Trento chegar à conclusão de que o índio era gente, tinha alma. Então se levantou uma outra questão: podiam ser escravizados ou não? Porque a escravidão era vista como uma espécie de castigo ao infiel. Havia escravidão de mouros, havia vários tipos de escravidão na Europa mesmo, e a justificativa teológica para a escravidão era de que o indivíduo assim submetido era um infiel, ou de que era submetido à escravidão como um castigo por não ser temente a Deus. Entretanto os padres, principalmente os dominicanos da América hispânica, levantaram a idéia de que o índio era um ser pré-pecado, tanto assim que criaram uma expressão nova, não era o infiel, era o gentio.

Houve uma intensa discussão teológica em decorrência da qual se chegou à conclusão de que na América hispânica não se podia escravizar índio. Conseqüentemente, na América hispânica vamos encontrar formas de servidão indígena e não de escravidão.

Porém, no Brasil já existia a prática da escravidão indígena desde os primórdios da colonização. A montagem dos engenhos era feita com escravos indígenas, e houve toda uma expansão para oeste e para o sul, em busca de índios para escravizar, uma expansão basicamente com essa motivação: índios para alimentar a nascente dinâmica indústria do açúcar. Foi uma expansão para os vários lados. No caso da América portuguesa, isso se manteve mesmo no período hispânico; criou-se um jeitinho para se justificar a escravidão indígena: a teologia portuguesa dizia que não se podia escravizar índio amigo, mas era lícito escravizar índio bravo, isto é, índio que fosse dominado na guerra justa. A questão era: como definir quem era o índio bravo? Qualquer índio que não quisesse voluntariamente trabalhar para o português podia ser classificado de índio bravo. Então, a

escravidão indígena campeou. Há, hoje em dia, vários trabalhos que destacam bem a escravidão indígena que enseja grande expansão do ponto de vista territorial.

Ao mesmo tempo que houve expansão territorial, houve também fracionamento da soberania. O primeiro fracionamento deveu-se à invasão holandesa. Os holandeses foram apeados do comércio do açúcar porque estavam em guerra com a Espanha (o que já era uma decorrência direta da unificação das coroas) e resolveram tomar posse das áreas produtoras, na medida em que eram responsáveis por 80% do transporte do açúcar e foram impedidos dessa atividade. Esse impedimento significou um baque muito grande na economia holandesa e eles resolveram tomar logo a área produtora, inclusive como um elemento dentro da guerra que travavam com a Espanha, na Europa. É interessante assinalar que Portugal, quando retomou sua autonomia, na Europa tornou-se aliado dos holandeses, porém eles estavam aqui no Brasil, como estavam em Angola. Isso também se resolveu de uma forma exemplar: assinando um tratado que só valia para o hemisfério norte. Atribuiu-se a esse tratado o comentário feito por um pastor holandês: “Não existe pecado do lado de baixo do Equador!”

O momento da restauração portuguesa foi um momento de auge do domínio holandês no Brasil. Os holandeses controlavam desde o Maranhão até a barranca do São Francisco, basicamente toda a Zona da Mata. Essa área não era mais domínio português, uma primeira fratura do período.

A guerra entre holandeses e portugueses no Brasil acabou levando à grande fuga dos escravos. A tática portuguesa de desarticular os engenhos e botar fogo nos canaviais propiciou grande fuga de escravos, que foram se concentrando em Alagoas, na serra da Barriga, gerando a segunda fratura do ponto de vista da soberania: o Quilombo de Palmares. O episódio de Palmares foi minimizado na história brasileira. Primeiro, vale lembrar que Palmares durou quase cem anos, um século. No seu auge, por volta de 1650, chegou a ter 70.000 habitantes,

que era mais ou menos a população da área mais povoada da colônia, na época, o Recôncavo Baiano. Então não foi uma coisa secundária. Palmares foi uma clara situação de extraterritorialidade no domínio português, era um Estado autônomo, que inclusive negociava com portugueses e holandeses. Foi uma segunda fratura: Palmares, durante o século XVII.

A terceira fratura foram os territórios missioneiros. O Vaticano tinha uma geopolítica muito inteligente, que era a de criar um estado-tampão na América do Sul, entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola, um estado-tampão objetivado pelas missões, que avançavam pelo Amazonas e pelo Orinoco e pela bacia do Prata. A leitura do Vaticano era a seguinte: os portugueses estavam ocupando a América de leste para oeste; os espanhóis, de oeste para leste. Uma hora iam encontrar-se e o conflito seria inevitável, e a Igreja seria o árbitro. Então criaram um estado secular do Vaticano, como uma forma de manter os índios nessa área, ou seja, fora do contato tanto de portugueses quanto de espanhóis. Esse plano “foi por terra” também por causa da unificação das coroas, porém o Vaticano não o abandonou. Inclusive, no início do século XVII, criou a Sagrada Congregação para Propaganda da Fé, um órgão para coordenar o trabalho das missões. As missões então respondiam ao Vaticano, e não à Espanha nem a Portugal. Foi um terceiro fracionamento do ponto de vista da soberania.

O quarto fracionamento, se a gente pensar do ponto de vista do atual território brasileiro, foi exatamente o Maranhão e o Grão-Pará que eram outra colônia. Não era o Brasil, era outra colônia, a colônia do Maranhão.

Assim, se tomarmos a metade do século XVII, quando Portugal retomou sua soberania na Europa (isto é, quando voltou a existir como reino autônomo), era esse o quadro do Brasil. Nada dizia naquele momento que essas partes fracionadas deviam se rejuntar. A segunda metade do século XVII foi marcada por esse processo de recuperação da soberania portuguesa sobre essas terras.

A primeira ação, do ponto de vista cronológico, foi a exercida sobre as missões com vários ataques de bandeirantes, na primeira metade do século XVII (por exemplo, em um ataque sobre as missões do Guaíra, Raposo Tavares aprisionou 20.000 índios). A situação chegou a um ponto tal que, num certo momento, os jesuítas armaram os índios, criando inclusive um exército guarani, que impingiu uma derrota aos paulistas. Porém, logo após essa vitória, eles tiveram como estratégia ir para o oeste do rio Uruguai e saíram do território brasileiro. Diga-se de passagem que essa tropa indígena desalojou os portugueses, já no início do século XVIII, da colônia do Sacramento, num ataque com 3.000 índios guaranis, armados pelos espanhóis, atuando como tropa oficial. De todo modo, as missões foram para o lado oeste do Rio Uruguai, saindo do território atual brasileiro, e essas terras voltaram à soberania portuguesa na segunda metade do século XVII.

A expulsão dos holandeses foi um processo de guerrilha. Os portugueses queimaram os engenhos, queimaram os canaviais; praticamente não se embarcava açúcar por Recife e os holandeses, para quem a ocupação do Nordeste já não dava lucro, abandonaram o Brasil em certo momento. Enfim a segunda fratura acabou, saíram os holandeses e retornou a soberania portuguesa no Nordeste.

Saíram os holandeses, saíram as missões. Todo o interesse da Coroa se voltou para a destruição de Palmares, inclusive levando tropas paulistas para a luta. Há vários autores que mostram um fenômeno que acabou atuando muito na fragilização de Palmares: a fixação territorial. Eles eram grupos nômades, e todo grupo nômade, quando se sedentariza, passa a ter uma estrutura como a de algumas cidades, com uma capital. Aí eles ficam fixos, dependendo de agricultura, e perdem muito da sua agilidade militar. A destruição do Quilombo está relacionada à história de uma estrada que, quando chegou a Macacos, que era a capital palmarina, possibilitou a locomoção de uma artilharia pesada. No final do século XVII ocor-

reu a destruição de Palmares e se retomou a soberania lusitana sobre esse espaço.

Restava a colônia do Maranhão. No Maranhão, por uma questão de correntes e marés, por uma determinação geográfica, era muito difícil navegar de São Luís e Belém para o litoral oriental do Brasil. Era muito mais fácil ir de São Luís e Belém para a Europa, ou ir para as Antilhas, que vir para o Rio de Janeiro, Bahia ou para Pernambuco. Então, na verdade, a anexação do Maranhão e do Grão-Pará ao Brasil também teve a ver com a história de uma outra estrada: o chamado “Roteiro do Brasil”, estrada que ligava Salvador a São Luís, basicamente construída com o avanço das boiadas da casa da Torre que pagava essas tropas paulistas para aniquilar os índios da caatinga, abrindo essas terras para a pecuária. Foi a primeira vez na história brasileira que se organizaram expedições que não eram de pacificação nem de aldeamento de índio, eram de extermínio, sob a grande alegação de que os índios eram pró-holandeses, e de que os holandeses teriam armado e adestrado certas tribos indígenas em práticas militares européias. Esse foi o grande argumento.

Essa prática foi confirmada por uma carta de um padre, no Recife, pedindo ao rei verbas para pagar a essa tropa de paulistas. Ele terminou a carta com uma frase “brilhante”: “Vossa Majestade há de convir que toda pólvora queimada contra esses infiéis será incenso aos olhos do Senhor”. Essa investida contra os índios recebeu várias denominações: alguns a chamavam de guerra dos bárbaros, outros, de revolta dos Cariris. O extermínio dos índios da caatinga abriu uma estrada para a pecuária, estrada que, de Salvador, ia demandar o Norte do Brasil. Foi utilizando esse “caminho terrestre” que o mesmo bandeirante paulista que destruiu Palmares, Domingos Jorge Velho, fez a fundação de Teresina. E foi essa estrada, Roteiro do Brasil, que garantiu a relação do Maranhão e de Belém com o resto do Brasil.

Pode-se dizer então que, ao final do século XVII, a soberania sobre o território brasileiro estava definida. A soberania portuguesa se re-

compôs, se consolidou e, mais do que isso, se expandiu.

Na última década do século XVII, ocorreu um fenômeno que foi fundamental para o processo da formação territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização: a descoberta do ouro. A mineração foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades. Em conseqüência, gerou a primeira rede de cidades do Brasil. A produção aurífera gerou um setor dominante para a economia colonial brasileira. A partir daí, a colônia, como um todo, trabalhou para a região mineradora.

A demanda mineira foi responsável pelo avanço da pecuária que, no início do século XVIII, chegou à barranca do Araguaia e do Tocantins. Também o avanço da pecuária no sul do Brasil, nos campos de São Pedro, voltou-se todo para o abastecimento da zona mineira. O que marca esse período de 1700 a 1750? De um lado, o ouro; de outro, os tratados internacionais que legitimaram as fronteiras: o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Idelfonso, que praticamente definiram as atuais fronteiras do Brasil.

A partir de 1750 viveu-se o último período, que seria de apogeu e crise do sistema colonial. Foi o período mais estudado, e é até interessante ressaltar que duas das obras que são colocadas como referência para todo o período colonial na verdade se referem a esse período: uma é a “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr., que na verdade fala dessa época, e a outra, mais claramente ainda, é “Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial”, de Fernando Novaes, que também fala desse período. Eles não estão falando do século XVI, mas muita gente considera o que eles escreveram como válido para todo o período colonial. O período colonial são 320 anos. Em 320 anos muda muita coisa. Por exemplo: século XVI não tem exclusivismo colonial.

Enfim, a história territorial do Brasil-Colônia revelou-nos certos momentos, certas conjunturas que são essenciais e que animam a continuar estudando a história brasileira sob

esse ponto de vista. Só para encerrar, vale analisar a própria questão da independência. Dificilmente se entenderia a independência brasileira, a forma monárquica da independência, sem levar em conta um aspecto central do ponto de vista da formação territorial, que é a existência, no momento da independência, de grandes fundos territoriais em território brasileiro.

Se refletirmos sobre o que estava ocupado no território brasileiro pela economia colonial no momento da independência, constatamos que era apenas 1/5 do território, o resto eram fundos territoriais. Por isso, se por um lado o elemento que levou à adoção da monarquia e a não-fragmentação do Brasil foi a manutenção do escravismo, por outro, foi a manutenção da soberania sobre esses fundos territoriais

Aí veio a forma monárquica. Essa época, 1822, foi um momento de reação aristocrática na Europa, pós-napoleônica, e certas instituições do antigo regime estavam com força de novo. Entre elas, a forma da legitimização jurídica da soberania territorial, no Antigo Regime, que era a forma dinástica. A forma que temos hoje, proposta pela Revolução Francesa, é a soberania nacional popular, isto é, o território pertence a um povo, a uma nação. Antes da Revolução Francesa, os territórios pertenciam às casas reinantes, às dinastias. Daí a forma dinástica de legitimização. Por exemplo: Felipe II era holandês, falava holandês, a língua da Corte era o holandês, e ele era rei da Espanha. Era um problema de dinastia, não era um problema nacional, o rei não tinha que ser nascido no país.

A adoção da monarquia no Brasil de certa forma amenizou o fato emancipatório diante da Europa e fez com que as casas reinantes da Europa, todas elas possuidoras de grandes territórios coloniais – caso da Inglaterra, da França –, aceitassem com uma relativa tranquilidade a independência brasileira. A independência foi proclamada em 1822 e, em 1825, até Portugal reconheceu a autonomia brasileira. Grande parte disso está exatamente nessa questão da legitimidade dinástica, porque, do ponto de vista dinástico, com a manutenção do prin-

cipe português, estas terras, que pertenciam à casa de Bragança, permaneceram pertencendo à casa de Bragança, e a independência brasileira passou a ser tratada pela diplomacia internacional como uma questão de família.

É um outro elemento que o ponto-de-vista geográfico traz para a análise da história. Na verdade, todo esse exercício é uma tentativa de ler a História sob o ponto de vista da Geogra-

fia. E daí, volto a dizer: num contexto colonial, essa leitura geográfica da História é muito reveladora.

Há, nesse sentido, um campo muito grande de trabalho para detalhar certas conjunturas, certos lugares, abrindo a perspectiva de uma Geografia histórica renovada, não nos moldes tradicionais, mas sob uma nova visão da própria relação Geografia-História.

